

DA LEI DE MOISÉS
À JUSTIÇA DO REINO,
NA TEOLOGIA DE MATEUS

Por Jaldemir Vitório

A catequese de Mateus, escrita num contexto de conflito, contrapõe duas teologias:

1. A primeira, defendida pelos escribas e fariseus, centra-se na Lei de Moisés e sua interpretação.
2. A segunda, presente no testemunho de Jesus, busca o querer original do Pai dos céus. A morte de cruz resultará dessa desavença. A ressurreição será a aprovação divina da teologia de Jesus.

As entrelinhas da catequese mateana são perpassadas por um conflito teológico. O evangelista, preocupado com a fé de sua comunidade, confronta um grupo de escribas e fariseus, ferrenhos na defesa da Lei de Moisés, continuamente reinterpretada para descobrir sempre novas exigências a serem impostas como vontade de Deus.

Jesus denuncia esse equívoco, chamando de “tradição de vocês” (15,3.6) o que se considerava como querer divino. Indo além da formulação escrita, o Mestre se reporta diretamente a “meu Pai”, cuja vontade conhece de primeira mão, dispondo-se a obedecer a ela e ensiná-la aos discípulos.

Certas concessões da Lei, como no caso do divórcio (cf. Dt 24,1), devem-se à “dureza do coração” de quem se diz religioso, pois “no princípio não era assim” (19,8). Princípio (arché) significa

o desígnio original de Deus, anterior à Lei escrita, que Jesus conhece, mas seus opositores não. Portanto, a insistência no sentido literal da Lei torna-se secundária, em face do desafio de conhecer o pensamento divino e se guiar por ele.

1. Uma religião equivocada

O evangelista descreve os escribas e os fariseus de forma negativa. O leitor-ouvinte deve estar atento para evitar generalizações, pois se trata de uma corrente no interior do movimento farisaico. Nem todo escriba e fariseu merecem ser chamados de hipócritas, como acontece na catequese mateana.

O desvio de caráter (cf. 23,13-31) tem como desdobramento ensinarem uma coisa e fazerem outra, numa terrível incoerência (cf. 23,5-7). Não têm escrúpulos de tornar inválida a Lei quando a interpretam em seu próprio favor, contradizendo o espírito da Lei. Um caso típico refere-se à piedade filial. O Decálogo exige “honrar pai e mãe”, como penhor de bênçãos, com vida longa e prosperidade (cf. Ex 20,12; Dt 5,16). Pois bem, numa situação precisa, quando deviam acudir os pais, os escribas e os fariseus escapavam com perversa artimanha. Diziam ao pai ou à mãe: “A ajuda que eu lhe deveria dar foi consagrada a Deus” (15,5) e, assim, consideravam-se dispensados de entregar aos pais o que lhes pertencia. A prática do qorban (oferta a Deus), sinal de piedade, abre espaço para enorme injustiça para com as pessoas carentes, isentando de peso na consciência os praticantes de uma religião legalista.

Os escribas aparecem no início da catequese mateana, sendo consultados por Herodes a respeito do nascimento de Jesus (2,4-6). Sabem informar, com precisão, onde nasceria o Messias, porém se dispensam de ir ao seu encontro. Esse descompasso entre saber e fazer será denunciado por Jesus ao advertir os discípulos sobre evitarem proceder como os escribas e os fariseus, “pois dizem, mas não fazem” (23,3). Na dinâmica do Reino, não basta dizer “Senhor, Senhor” para ser salvo; só será acolhido

“aquele que faz a vontade do meu Pai que está nos céus” (7,21). O Pai espera dos discípulos do Reino que tratem com misericórdia o próximo carente de cuidado (24,34-40).

A preocupação com as minúcias da Lei desvia os escribas e os fariseus do querer autêntico de Deus (23,23). Por conta disso é que querem saber como Jesus interpreta Dt 24,1:

- “É permitido divorciar-se da própria mulher por qualquer motivo?” (19,3); ou
- se “é certo ou não pagar o imposto a César” (22,17); ou
- “qual é o maior mandamento da Lei?” (22,36).

A esses tópicos de compreensão da Lei, somava-se a insistência em certas práticas da religião judaica, relativizadas por Jesus no trato com os discípulos. Entre elas, a questão

- do jejum,
- do repouso sabático e
- da pureza.
- Os discípulos de João Batista questionam Jesus: “Por que nós e os fariseus jejuamos tanto, e os teus discípulos não jejuam?” (19,14).
- Os fariseus se escandalizam ao verem os discípulos de Jesus “fazendo o que não é permitido no sábado”, quando “estavam com fome e começaram a arrancar espigas e comê-las” (12,2).
- Os próprios escribas e os fariseus querem saber “por que os teus discípulos desobedecem à tradição dos antepassados? De fato, não lavam as mãos quando comem pão” (15,2).

Jesus denuncia a religião equivocada de seus perseguidores, feita de exibicionismo e exterioridade. Praticam “a justiça diante das pessoas, para serem vistos por elas” (6,1).

- Quando dão esmolas, mandam tocar trombeta “nas sinagogas e nas ruas, para serem glorificados” (6,1).

- Suas orações são feitas de pé, “nas sinagogas e esquinas das ruas, para serem vistos” (6,5).
- O jejum hipócrita leva-os a fazer “cara de tristeza”, “porque desfiguram o rosto, para verem que estão jejuando” (6,16).

O projeto religioso de Jesus combate a hipocrisia com a sinceridade.

- A esmola será dada com total discrição, para que “a sua mão esquerda não saiba o que a sua direita está fazendo, de modo que a sua esmola seja dada em segredo” (6,3-4).
- A oração se fará no escondimento. Daí a orientação: “Quando rezar, entre em seu quarto, feche a porta e reze a seu Pai que está em segredo. [...] Ao rezar, não fiquem repetindo palavras inutilmente, como fazem os gentios. Eles pensam que serão ouvidos por causa do exagero de palavras” (6,6-7).
- O jejum será feito com a cabeça perfumada e o rosto lavado, em segredo, para ser visto apenas pelo Pai (6,16-18).

2. Em busca da justiça maior

No confronto com a religião dos escribas e dos fariseus, Jesus ensina o caminho para Deus, a ser encontrado mediante o esforço de sintonizar com o Pai do céu e seu projeto para a humanidade. Trata-se de verdadeira ética teológica chamada de “**justiça do Reino**”, correspondente à porta estreita e ao caminho apertado “que levam para a vida” (7,14). A catequese mateana, no seu conjunto, corresponde à apresentação dessa proposta de vida, segundo a qual o leitor-ouvinte se deixa conduzir pelo Mestre, como se refizesse os passos dos primeiros discípulos-missionários.

As bem-aventuranças ilustram, por variados ângulos, a identidade de quem se dispõe a percorrer esse caminho. A pobreza com Espírito, a tribulação, a mansidão, a fome e a sede de justiça, a misericórdia, a pureza de coração, a promoção da

paz, a perseguição são todas indicativas da vida centrada em Deus e no próximo, com total transparência e sinceridade (5,2-10).

O discípulo do Reino pratica a Lei, como Jesus, com liberdade e grandeza de espírito (5,17-19).

- Uma palavra mortífera dita contra o irmão já se caracteriza como homicídio (5,22).
- O pensamento libidinoso, cultivado no coração, deve ser entendido como transgressão do mandamento de não cometer adultério (5,28).
- Por ser verdadeiro, o discípulo dispensa os juramentos, pois seu sim é sim, e o não é não (5,34-37).
- A lei de talião – “olho por olho, dente por dente” – cede lugar à resistência ativa em face da violência, à luz deste ensinamento: “Se alguém lhe bater na face direita, ofereça-lhe também a outra” (5,38-39).
- O ódio ao inimigo supera-se pela via do amor e da oração pelos perseguidores (5,43-44).

Esse modo de proceder tem como referência o modo de agir do Pai. Daí a exortação: “Sejam perfeitos como é perfeito o Pai celeste” (5,48).

A **justiça do Reino** abarca o discípulo em suas múltiplas relações e estabelece balizas para o modo correto de agir.

- A relação com Deus funda-se numa opção fundamental em consonância com a fé de Israel (cf. Dt 6,4): “Ninguém pode servir a dois senhores, pois odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (6,24). O absoluto de Deus e seu querer fundamentam o discipulado do Reino, como seu ponto de partida. Decorre daí a relação com as criaturas, que jamais ocuparão o lugar de Deus, livrando o discípulo de toda idolatria. Comer, beber, vestir-se e outras inquietações ocuparão lugar secundário no seu dia a dia, pois “o Pai de

vocês que está nos céus sabe que vocês precisam de tudo isso” (6,32). O Mestre adverte os discípulos: “Busquem primeiro o Reino de Deus e sua justiça, e todas essas coisas ficarão garantidas para vocês” (6,33). O discípulo do Reino age com total liberdade no trato com os bens deste mundo.

- A relação com o próximo formula-se com uma máxima lapidar: “Façam às pessoas o mesmo que vocês desejam que elas façam a vocês” (7,12). Exclui-se do discipulado toda ação prejudicial ao próximo, bem como a tentação de se comportar como juiz dos outros: “Não julguem, para não serem julgados. Pois vocês serão julgados com o julgamento com que julgarem, e serão medidos com a medida com que medirem” (7,1-2). No trato com o semelhante, seja visado apenas o bem, o que lhe for favorável.
- Por fim, na relação consigo mesmo, propõe-se ao discípulo deixar-se iluminar pela luz de Deus, para banir de seu íntimo toda má intenção: “A lâmpada do corpo é o olho. Portanto, se o seu olho for bom, seu corpo inteiro ficará iluminado. Porém, se o seu olho for ruim, seu corpo inteiro ficará escuro” (6,22). Entende-se, assim, por que “todo aquele que olhar para uma mulher, cobiçando-a, já cometeu adultério com ela no coração” (5,29).

3. A justiça do Reino na vida de Jesus

O projeto de vida tecido com os valores do Reino de Deus, proposto aos discípulos, foi encarnado na vida do Mestre. Diferentemente dos escribas e dos fariseus, Jesus respaldava seus ensinamentos com um modo de proceder afinado com suas palavras.

- ❖ Todo seu agir trazia a marca da fidelidade ao Pai. Por isso, identificou na sugestão de Pedro a presença do tentador, ao desejar que jamais lhe sucedesse qualquer forma de

sofrimento. Dando mostras de impaciência, exortou o discípulo: “Vá para trás de mim, Satanás! Você é para mim uma pedra de tropeço, porque não pensa nas coisas de Deus, e sim nas coisas dos homens” (16,23). Sem a conformidade com o Pai dos céus, a existência de Jesus se esvaziaria e se tornaria desprovida de sentido. A fidelidade e a obediência ao Pai se mantiveram intactas até o fim da vida, a ponto de a iníqua morte de cruz não ter despertado em seu coração o desejo de ódio e de vingança em relação aos carrascos, tampouco ressentimento contra o Pai por não o ter socorrido.

- ❖ A liberdade de Jesus em relação às criaturas revela-se na escolha da pobreza como estilo de vida. Quando um mestre da Lei se aproxima, dispondo-se a segui-lo para onde fosse, Jesus o chama à realidade com uma metáfora contundente: “As raposas têm tocas e as aves do céu têm ninhos, mas o Filho do homem não tem onde repousar a cabeça” (8,20). A experiência de despojamento se refletirá no testemunho dos discípulos, ao anunciarem o evangelho a todas as criaturas (cf. 28,19). O Mestre adverte-os: “Não levem ouro, nem prata, nem cobre em seus bolsos, nem bolsa para o caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem bastão” (10,9-10).

Entretanto, os discípulos parecem não ter compreendido esse alerta. Pedro lhe pergunta: “Nós deixamos tudo e te seguimos. O que receberemos?” (19,27). Entrevê-se, aqui, a presença de segunda intenção na opção pela pobreza proposta pelo Mestre. A resposta comporta um enigma: “Quem tiver deixado casas ou irmãos, irmãs, pai, mãe, filhos ou terras, por causa do meu nome, receberá cem vezes mais e terá como herança a vida eterna” (19,29). A vida eterna como herança pode ser de fácil compreensão, mas o cêntuplo torna-se irreal no seguimento de um Mestre crucificado na mais total indigência, pois, “depois de crucificar Jesus, [os soldados] repartiram suas roupas, tirando a sorte” (27,35).

❖ A misericórdia foi o traço marcante da relação de Jesus com o próximo, com foco nos empobrecidos, nos marginalizados e nos sofredores. A dupla citação de Os 6,6: “Quero misericórdia, e não sacrifício”, ao ser criticado pelos fariseus por comer “com os publicanos e os pecadores” (9,10-13) e ao permitir aos discípulos violar a Lei do repouso sabático para matarem a fome (cf. 12,1-8), direciona o seu agir.

➤ Quando contemplou as multidões, “encheu-se de compaixão por elas, porque estavam angustiadas e abandonadas, como ovelhas que não têm pastor” (9,36).

➤ Estando num lugar “deserto e afastado”, uma grande multidão foi encontrá-lo; então, “encheu-se de compaixão por ela e curou os doentes” (14,14).

➤ Dois cegos imploram-lhe misericórdia e são prontamente atendidos (cf. 9,27-31; 20,29-34).

➤ Da mesma forma, uma mulher cananeia, ansiosa pela cura da filha “terrivelmente endemoninhada”, recebe a graça (15,21-28),

➤ bem como o pai de um menino epiléptico (cf. 17,14-18).

Em face da humanidade sofredora, Jesus “enche-se de compaixão” (20,34) e se lança em ação.

Quando censurou a hipocrisia dos escribas e dos fariseus, Jesus denunciou-os por privilegiarem coisas secundárias e desprezarem “as coisas mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade” (23,23). O Mestre pautava-se pela misericórdia, inspirado no Pai em seu amor pela humanidade (cf. 5,45).

A declaração: “Aprendam de mim, porque sou manso e humilde de coração” (11,29) revela o íntimo de Jesus. Repudiando os escribas e os fariseus hipócritas, que “amarram fardos pesados e os impõem nos ombros das pessoas, mas não estão dispostos a movê-los nem sequer com um dedo” (23,4) – sintoma de falsidade, de segundas intenções, de malícia –, o Mestre segue na direção contrária, ao propor um caminho alternativo para Deus: “Minha carga é suave e meu fardo é leve” (11,30) são palavras que

expressam a bondade de quem se faz solidário com os descartados pela religião legalista e inclemente.

A cena da entrada no Templo e da expulsão dos vendedores e compradores, derrubando as mesas dos cambistas e as bancas dos vendedores de pombas (cf. 21,12), pode ser entendida como descontrole emocional do Mestre. O leitor-ouvinte da catequese mateana tem elementos para compreender que o Mestre está denunciando profeticamente uma falta de extrema gravidade: a deturpação da religião, em conivência com a exploração da boa-fé dos fiéis e com a ganância dos sacerdotes e seus protegidos, que se enriqueciam à custa da religião. A eventual ira de Jesus justifica-se como defesa da imagem de Deus, comprometida com o Templo, “transformado em abrigo de ladrões” (21,13).

Outro motivo de irritação seriam os onipresentes escribas e fariseus, sempre à espreita para pegá-lo em alguma palavra (cf. 19,3; 22,15.35).

No trato com essa gente, valia a orientação dada aos discípulos em missão: “Eis que envio vocês como ovelhas no meio de lobos. Por isso, sejam prudentes como as serpentes e simples como as pombas” (10,16).

O trato com pessoas mal-intencionadas exigia de Jesus extremo discernimento para não cair em armadilhas. Pelo contrário, quando se encontrava com “os doentes, sofrendo com diversas enfermidades e dores, os endemoninhados, epiléticos e paralíticos” (4,24), desdobrava-se em compaixão, que lhe jorrava do coração como força capaz de curar e fazer o bem, chamada no evangelho de exousia, poder, autoridade (cf. 7,29; 9,8; 28,18).

Esse poder foi dado aos discípulos enviados em missão (cf. 10,1). Os inimigos querem saber de onde vem tal poder (cf. 21,23). Porém, Jesus os mantém na dúvida (cf. 21,27), por não se deixarem questionar em sua visão equivocada de Deus e da

religião. Seria inútil corrigir uma teologia enviesada, quando seus adeptos se sentiam confirmados nesse desvio religioso.

4. A frágil semente sob o olhar do Pai dos céus

Perseguição e morte são temas recorrentes na catequese mateana.

- Recém-nascido, Jesus desperta a ira do cruel Herodes, temeroso com “o rei dos judeus” procurado pelos magos, um risco para seu reino. O rei “e Jerusalém toda com ele” ficaram abalados (2,3). Tendo sido ludibriado pelos magos, “Herodes ficou furioso e mandou matar todos os meninos de Belém e de todos os seus territórios, de dois anos para baixo” (2,16). Jesus foi salvo pela intervenção divina (cf. 2,13). A volta do Egito deu-se em meio a inseguranças. Apesar de terem morrido “aqueles que procuravam matar o menino” (2,20), o ímpio “Arquelau reinava na Judeia em lugar de seu pai Herodes” (2,22).
- Na lista das bem-aventuranças, consta a bem-aventurança da perseguição (cf. 5,10-12).
- Os discípulos enviados em missão deveriam contar com toda sorte de sofrimentos (cf. 10,17-23).
- O destino do discípulo será semelhante ao do Mestre (cf. 10,25), cuja morte foi decretada pelos fariseus, incomodados com a liberdade religiosa com que atuava (cf. 12,14).
- Até os familiares de Nazaré se indispuseram contra ele (cf. 13,53-57).
- A recordação detalhada da morte de João Batista antecipa para o leitor-ouvinte a morte do Mestre (cf. 14,1-12).

Os três anúncios da paixão fazem ecoar os acontecimentos da vida de Jesus ao longo de seu ministério, prevenindo o leitor-

ouvinte do desfecho de sua caminhada e da palavra definitiva do Pai: a ressurreição (cf. 16,21-23; 17,22-23; 20,17-19).

Quando Pedro se recusa a admitir a possibilidade de o Mestre sofrer, recebe tremenda repreensão: “Vá para trás de mim, Satanás! Você é para mim uma pedra de tropeço” (16,23). O sofrimento e a perseguição fazem parte do projeto de vida de Jesus, todo centrado no querer originário do Pai, sintetizado na expressão Reino dos Céus.

A paixão e a morte de cruz correspondem ao confronto definitivo de Jesus e de sua fidelidade ao Pai dos céus – num caminho superior ao da religião de seu tempo – com a liderança do Templo de Jerusalém, decidida a defender a religião pautada pela Lei (cf. 26,3). Chegaram a pactuar com um dos discípulos, Judas Iscariotes, uma soma em dinheiro para que ele entregasse o Mestre (cf. 26,14-16). Os dois julgamentos, no tribunal religioso (cf. 26,57-68) e no tribunal civil (cf. 27,11-26), constituíram um jogo de cartas marcadas, com a sentença de morte precedendo ao julgamento.

A morte de cruz, escolhida a dedo pelos inimigos de Jesus, comportava terríveis evocações e tinha o objetivo de desmoralizá-lo totalmente (cf. 27,32-56).

- A crucifixão, na concepção religiosa, sinalizava a maldição divina, de acordo com a Lei: “Quem morre pendurado é amaldiçoado por Deus” (Dt 21,23).
- Outros sinais de punição divina eram o fato de morrer jovem, pobre e sem deixar descendência.
- A contemplação de Jesus crucificado não dava margem a dúvidas, numa leitura superficial: até Deus, a quem chamava de Pai, desaprovou seu projeto de vida.

Resultado: tudo quanto ensinara tornava-se suspeito. Seria o castigo por ter desrespeitado a Lei de Moisés!

A ressurreição de Jesus permite compreender a paixão e a morte de cruz em outra perspectiva. A extrema fidelidade ao Pai

dos céus, demonstrada ao longo de seu ministério, não poderia desembocar no destino dos ímpios.

As declarações do anjo às mulheres que foram ao túmulo apontam nessa direção: “Ele não está aqui, foi ressuscitado!” (28,6) ou “Ele foi ressuscitado dos mortos” (28,7). Sublinha-se a ação do Pai na vida do Filho com o uso da voz passiva no texto grego. Se os inimigos lançaram Jesus na mansão dos mortos, o Pai o resgatou e o trouxe para junto de si, na mansão dos vivos. Assim, a religião dos hipócritas legalistas fica desacreditada, privada do aval divino. A justiça do Reino, sim, anunciada e vivida por Jesus, corresponde ao autêntico caminho para o Pai.

Os discípulos foram enviados ao mundo inteiro com a tarefa de propor esse projeto de vida a todas as nações (cf. 28,16-19). Aderir a Jesus pelo batismo exige superar um estilo de religião centrada num legalismo vazio e abraçar a vontade divina (cf. 6,10), encarnada na solidariedade misericordiosa com os desvalidos, único caminho para alcançar a comunhão definitiva com o Pai dos céus (cf. 25,34).

Jaldemir Vitório

Pe. Jaldemir Vitório, sj, é doutor em Teologia pela PUC-Rio e professor de Teologia Bíblica na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), em Belo Horizonte-MG.

Publicado na revista VIDA PASTORAL em Março-abril de 2020 – ano 61 – número 332 - pág.: 30-38

<https://www.vidapastoral.com.br/edicao/da-lei-de-moises-a-justica-do-reino-na-teologia-de-mateus/>

[VEJA MAIS SOBRE O EVANGELHO DE MATEUS ->](#)

<http://xacute1.com/?p=3927>